

## Colonialismo, subalternização do trabalho e mulheres negras: Uma análise a partir dos Fundamentos da Educação Ambiental

Colonialism, subordination of work and black women: An Analysis Based On The Fundamentals of Environmental Education

*Michele Kauana de Melo Goularte*<sup>1</sup>

*Paula Ferreira dos Reis*<sup>2</sup>

*Alana das Neves Pedruzzi*<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo principal trazer as discussões sociais e anticoloniais para o cerne da Educação Ambiental, procurando analisar qual a possível relação do trabalho subalternizado com a lógica colonial e porque as mulheres negras são a maioria a realizarem este tipo de trabalho. Trazendo assim também as camadas vulnerabilizadas da população para dentro das discussões ambientais. Procurando uma maior corporificação teórica e conceitual, esta escrita também fará uma breve análise sobre processos históricos como a colonização europeia, e como a lógica colonial ainda está intrínseca à estrutura social de territórios colonizados. Foram escolhidas para embasar as reflexões deste trabalho, leituras como: “O discurso sobre o colonialismo” do autor AiméCésaire, capítulos do livro “O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” de Silvia Federici e também escritas da Antropóloga e ativista Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins. Também apareceram no decorrer desta escrita alguns pesquisadores da área da Educação Ambiental crítica, autores que ressaltam a importância das questões sociais não serem dissociadas das discussões da Educação Ambiental. A partir das análises das leituras mencionadas neste artigo percebemos como a lógica colonial, vigente nos séculos XV e XVIII, ainda influência na estrutura social atual de territórios colonizados e faz com que mulheres em sua grande maioria racializadas, estejam à margem da pobreza e condicionadas ao trabalho subalternizado, sendo assim fortemente afetadas por questões ambientais.

**Palavras-chave:** Colonialismo; mulheres negras; subalternidade; Educação Ambiental.

**Abstract:** The main objective of this article is to bring social and anti-colonial discussions to the heart of Environmental Education, seeking to analyze the possible relationship between subordinate work and colonial logic and why black women are the majority who carry out this type of work. Thus also bringing vulnerable sections of the population into environmental discussions. Seeking a greater theoretical and conceptual embodiment, this writing will also make a brief analysis of historical processes such as European colonization, and how colonial logic is still intrinsic to the social structure of colonized territories. Readings such as: “The discourse on colonialism” by the author AiméCésaire, chapters from the book “The zero point of the revolution: Domestic work, reproduction and feminist luta” by Silvia Federici and also writings by the Anthropologist and activist Lélia Gonzalez and Patricia Hill Collins. Some researchers in the area of critical Environmental Education also appeared during this writing,

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: <[michelekaunanagoulart@gmail.com](mailto:michelekaunanagoulart@gmail.com)>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande (FURG) E-mail: <[alanadnp@gmail.com](mailto:alanadnp@gmail.com)>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: <[paulareis9562@gmail.com](mailto:paulareis9562@gmail.com)>

authors who highlight the importance of social issues not being dissociated from discussions of Environmental Education. From the analysis of the readings mentioned in this article we realize how the colonial logic, in force in the 15th and 18th centuries, still influences the current social structure of colonized territories and causes women, the vast majority of whom are racialized, to be on the margins of poverty and conditioned to subordinate work, thus being strongly affected by environmental issues

**Keywords:** Colonialism; blackwomen; subalternity; Environmental Education.

## INTRODUÇÃO

A ideia da escrita deste artigo surge motivada pelos estudos realizados na disciplina Educação Ambiental e Sociabilidade Capitalista, no Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, na Universidade Federal de Rio Grande - FURG. No decorrer desta disciplina discutimos sobre textos teóricos e leituras críticas que abordaram temas como feminismos, capitalismo, luta de classes, colonialismo e questões raciais. Estas leituras nos proporcionaram discorrer sobre Educação Ambiental a partir de um viés mais crítico, podendo assim analisar também as problemáticas ambientais através de uma maior temporalidade, buscando através destas leituras, refletir também sobre as estruturas históricas responsáveis pela manutenção de desigualdades sociais.

Com base em leituras que pautavam mulheres, trabalho subalternizado e colonialismo e também problemáticas ambientais, surgiram os questionamentos que estruturam as ideias desenvolvidas neste trabalho: Qual a relação do trabalho subalternizado com a lógica colonial e porque mulheres racializadas e advindas de territórios colonizados, ainda são a maioria a realizarem este tipo de trabalho? Para responder estas indagações, serão feitas reflexões sobre colonialismo e colonialidades a partir das escritas de Aimé Césaire (2020), refletindo também sobre a relação do trabalho subalternizado e gênero a partir de Silvia Federici (2018) e juntamente com estes autores, também apareceram no decorrer deste artigo, citações a outros autores e escritas que também trazem o trabalho subalternizado e a lógica colonial enquanto pauta de suas discussões.

O presente artigo tem como objetivo fomentar as discussões sociais e anticoloniais na área da Educação Ambiental, analisando também qual a relação do trabalho subalternizado com a lógica colonial e porque as mulheres negras são a maioria a ocuparem estes cargos, como é o caso do trabalho doméstico. Procurando através disto, trazer para o cerne da Educação Ambiental, discussões que tragam uma maior criticidade a área, onde os problemas ambientais possam ser vistos e analisados considerando as estruturas sociais que os mantêm e também decidem através da desigualdade social, qual parcela da população terá que lidar mais ou menos com as problemáticas ambientais.

Para a elaboração desta escrita, foi utilizada a metodologia intitulada *Leitura Imanente*, de Lessa (2014). Esta metodologia se encontra na escrita denominada *O Revolucionário e o estudo, porque não estudamos?*, de Sérgio Lessa. A metodologia da *Leitura Imanente* proporciona ao pesquisador um conjunto de métodos para que possamos identificar as informações contidas em um texto, tentando não projetarmos apenas a nossa concepção de mundo sob a leitura. A partir de uma análise minuciosa de cada parágrafo de um texto o pesquisador irá examinar e tirar a ideia central, o raciocínio fundamental do autor da escrita, chegando-se assim o mais próximo possível das concepções dos autores.

Estruturalmente, este trabalho está dividido em três tópicos, no primeiro trataremos discussões e conceitos da área da Educação Ambiental, procurando enfatizar sua origem Marxiana e sua relação com as ideias de superação de estruturas de opressão consolidadas no decorrer da história.

No segundo tópico serão apresentados alguns conceitos importantes em torno de colonialismo e subalternização do trabalho, e em nosso terceiro e último tópico aprofundaremos nossas discussões trazendo questões como gênero e raça e as relacionando com a lógica colonial e o trabalho subalternizado.

## **Educação ambiental crítica e a sua relação com as lutas pelo fim das desigualdades sociais**

O presente artigo, propõe-se a fazer uma análise de problemáticas sociais envolvendo mulheres negras no Brasil e o trabalho subalternizado, através de uma perspectiva crítica da Educação Ambiental. Isto é, uma epistemologia que não separe seres humanos e meio ambiente, que relacione as problemáticas ambientais e sociais e que principalmente perceba a lógica colonial e o modo de produção capitalista, enquanto uma grande fonte de desigualdades sociais. Utilizaremos neste tópico, de escritas de autores que possuam em suas pesquisas uma abordagem crítica da Educação Ambiental, procurando enfatizar a importância da temática trazida neste artigo para as discussões da EA crítica.

Podemos começar esta análise, a partir da escrita de Reigota (2009), que por sua vez é um dos autores indicados e considerados clássicos da área da Educação Ambiental. Muitas das escritas que se utilizam da obra de Reigota possuem a famosa frase que diz que a “Educação Ambiental também é uma Educação política” (REIGOTA, 2009, p.13), Reigota (2009) também nos diz que a análise das relações sociais e das relações entre seres humanos e meio ambiente são uns dos objetivos da Educação ambiental. E a partir disso, quando partimos das ideias de Reigota em nossas pesquisas, percebemos a área da Educação ambiental enquanto não neutra, e que busca através de suas análises também entender os processos históricos que influenciaram diretamente nas problemáticas ambientais vistas na atualidade.

Assim como Reigota (2009), Layrargues (2009) também discorre sobre a importância da Educação ambiental ser associada às discussões políticas e sociais. Segundo Layrargues (2009) a EA estaria submetida ao que se pode chamar de dupla função, a função que o autor denomina enquanto clássica onde a EA desempenha uma função moral de socialização humana com a natureza. E a segunda função, que segundo o mesmo se trata de uma função incompreendida, a função ideológica de reprodução das funções sociais. Neste momento, Layrargues (2009) estaria fazendo uma crítica a utilização da EA apenas utilizada na preservação do meio natural, ocultando graves problemáticas sociais e estruturais advindas da formação e instauração do sistema econômico capitalista.

Como vemos em Layrargues, a EA crítica possui potencial enquanto ferramenta de transformação social.

A expectativa é de empreender uma nova leitura para esse fazer educativo, reavaliando seus fundamentos e suas posturas, para no limite, reconhecer que na diversidade interna de opções político pedagógicas da educação ambiental, invariavelmente despontam duas situações diversas como resultado da intencionalidade pedagógica: a reprodução da sociedade tal qual está, ou sua transformação. Essa discussão pode parecer deslocada ou fora de contexto para a educação ambiental, contudo, em se tratando de sociedades marcadas pelas injustiças e desigualdades, torna-se evidente que a transformação social se revela uma necessidade imperativa. Assim, o que se pretende argumentar com essa linha de raciocínio, é a consolidação da mudança social como um novo, desejável e possível paradigma para a educação ambiental que se assuma articulada com o compromisso social (LAYRARGUES, 2009, p.1).

A Ea crítica, permite ao pesquisador ou educador ambiental analisar as estruturas de opressão construídas no decorrer da História e quais são os seus efeitos nas problemáticas sociais e ambientais da atualidade. Porém, Pedruzzi (2019), através de uma analogia nos faz refletir sobre o quanto o campo crítico, dentro da EA pode se tornar confuso, é como na clássica brincadeira do “telefone sem fio”, algumas pontas por vezes acabam por ficarem soltas.

Assim temos visto o desenrolar de muitos argumentos importantes nos debates sobre a Educação Ambiental Crítica, o marxismo, a Teoria Crítica e a esquerda e, possivelmente, tal cenário deve permear os debates teóricos de outros campos do saber e matrizes teóricas diferentes. As palavras saem de uma forma da boca daqueles que as produzem e chegam aos ouvidos de tantos outros com características muito diferentes das originais. Talvez, façam mais sentido as afirmações feitas por algumas de nossas professoras de língua portuguesa das escolas por onde passamos que diziam que há, por vezes, uma distância muito grande entre o que é escrito e o que é lido, que a interpretação opera mágicas que se tornam difíceis de entender (PEDRUZZI, 2019, p.29).

Segundo Pedruzzi (2019), é importante ressaltar que a Educação ambiental crítica está diretamente ligada à superação total do sistema econômico capitalista e também de todas as relações de exploração advindas deste sistema. Ainda segundo a concepção da autora, não é incomum vermos em produções acadêmicas relacionadas ao meio da Educação, os termos: Transformação social, crítica, política, democracia, entre outros. Porém, a utilização destes termos não garante a radicalidade no que se refere aos objetivos de quebra de estrutura social desigual, radicalidade esta que está diretamente ligada a uma EA crítica que se entenda enquanto relacionada ao pensamento Marxista.

Por isso, é necessário que, a partir da esquerda, pensarmos em que sentido temos produzido os nossos saberes, se a emancipação da qual falamos objetiva romper com a exploração das trabalhadoras, com a apropriação das subjetividades ou se visa conciliar tal projeto com a manutenção do Capital (PEDRUZZI, 2019, p. 83).

Como nos traz Pedruzzi (2019), é de extrema importância que haja na EA crítica uma corporificação conceitual, pois a análise da historicidade da Educação Ambiental, nos possibilita enquanto pesquisadores da área, fazermos uma autocrítica. E assim refletirmos se nossas pesquisas estão realmente dialogando com as bases sociais e contribuindo com a emancipação de trabalhadores e trabalhadoras.

A nossa intenção não se encaminha ao apontamento e ao julgamento dos culpados pelas trajetórias desenvolvidas em nosso campo do saber, mas se orienta a “martelar” a pergunta sobre o lado que historicamente assumimos em nossas produções. Compreendemos que, para contribuirmos com uma Universidade plural, democrática e verdadeiramente representativa e acolhedora, é necessário explorar os nossos entendimentos sobre as categorias que difundimos amplamente em nossas pesquisas. Não devemos, contudo, fazê-lo para que esse movimento retorne ao curso endógeno de elucubração teórica, mas para que o conjunto da classe trabalhadora possa olhar para a Educação Ambiental e ver-se representada (PEDRUZZI, 2019, p. 84).

Pedruzzi (2019), reforça a ideia de que a EA crítica quando relacionada às suas origens marxianas, irá trazer a radicalidade necessária para que esta crítica não seja feita de maneira superficial. Para que através de um alargamento temporal e histórico de nossas análises, busquemos compreender as problemáticas socioambientais enquanto frutos de processos históricos que buscaram justamente a construção das desigualdades sociais. Se almejamos uma real revolução social, precisamos construir nossas análises não apenas a partir da instauração do sistema econômico capitalista, mas também de processos históricos anteriores, como por exemplo o sistema econômico Feudal e a acumulação primitiva de capital.

A partir de uma análise mais ampla, podemos idealizar um rompimento com formas de dominação para além do trabalho assalariado, almejando assim uma revolução social que rompa com a dominação patriarcal, a supremacia branca, o colonialismo, o classismo e todas as formas de opressão. E é a partir desta ideia de uma EA crítica e revolucionária, que nós direcionamos ao nosso próximo tópico de análise, sobre o colonialismo e a subalternização do trabalho.

### **Lógica colonial e a subalternização do trabalho: Reflexões sobre os conceitos de colonialismo e trabalho subalternizado**

Neste segundo tópico iremos discorrer sobre o processo de colonização europeia trazendo brevemente o conceito de colonialismo, também adentrando nas discussões sobre o conceito do termo raça e sua relação com o trabalho subalternizado e a lógica colonial.

Durante os séculos XV e XVI, o Brasil entre outros territórios de civilizações não europeias, foi dominado pelos europeus, fazendo com que naquele período o território brasileiro viesse a se tornar uma colônia de caráter exploratório dos portugueses. Mas o que quer dizer o Brasil ter sido uma colônia de Portugal? Se postas estas informações de forma linear, apenas enquanto amostra de dados e informações, podemos relativizar o fato de que o processo colonizatório envolveu interesses majoritariamente econômicos e de extrativismo, como de fato foi e como também nos traz o autor Aimé Césaire:

[...] O que é, no seu princípio, a Colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania e da propagação de Deus, nem extensão do Direito; admitimos de uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo aqui é o de aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador [...] (CÉSAIRE, 2020, p.10).

Esta citação se faz de extrema importância para que se perceba o processo colonizatório como o que este realmente foi, um processo movido pela ambição, com interesses extremamente exploratórios e longe da ideia romantizada e filantrópica ainda por vezes perpassadas, envolvendo propagação da fé e da razão.

É importante enfatizar que a colonização se deu a partir da ganância dos europeus pela expansão de seus territórios, objetivando com isto também a expansão de seus lucros. Devido a este fato, a Europa segundo nos diz Césaire (2020), se tornou Indefensável, pois, além de expropriar terras e recursos naturais, fez isto de forma desumana, tentando coisificar e animalizar povos negros e indígenas (dentre outros), torturando e massacrando dezenas de populações.

O termo colonialismo discutido neste artigo, advém justamente deste período de colonização europeia, e se refere a todo este sistema exploratório que para além de dominação econômica sob territórios, também instaurou sua dominação na Política, nos corpos e nas subjetividades das populações das colônias.

Apesar da periodização histórica que muitas vezes nos passa a impressão de que com o fim de um determinado período, automaticamente a sociedade muda e passamos para outro momento histórico, com diferentes sistemas e mentalidades. Fora da teoria, as coisas não funcionam exatamente dessa maneira. Mesmo com o fim do período colonial, a lógica deste tipo de sociedade ainda se encontra instaurada em nossa estrutura social atual. É possível identificar resquícios do colonialismo em várias camadas que estruturam as sociedades atuais, como por exemplo o sistema econômico capitalista, as opressões de raça e gênero e as lógicas de trabalho.

Sendo assim adentramos a segunda discussão presente neste tópico a “subalternização do trabalho”, que, por sua vez, também é possível encontrar suas raízes na lógica colonial. Segundo Césaire (2020), no processo colonizatório não houve nenhum contato humano, e sim uma “coisificação” do ser colonizado em algo passível de ser explorado.

[...] Entretanto, olho e vejo por toda parte onde existem frente a frente, colonizadores e colonizados, a força a brutalidade, e crueldade, o sadismo, o choque, e, parodiando a formação cultural a fabricação apressada de uns tantos milhares de funcionários subalternos, boys, artesãos, empregados de comércio [...] (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

As relações coloniais entre colonizador e colonizado foram relações perpassadas pelo domínio e violência, onde o colonizador através da imposição do trabalho forçado, iniciou uma relação de subalternização com os povos da colônia. As formas de organização anteriores à invasão europeia dos povos existentes em território colonizado foram fortemente dizimadas para dar lugar a imposição europeia de um sistema econômico que por sua vez só beneficiava as metrópoles europeias.

“Estou falando de milhões de homens em quem foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo.” (CÉSAIRE, 2020, p.25). Para além da exploração dos corpos indígenas e negros escravizados, a colonização criou a ideia de superioridade racial, trazendo consigo a ideia de que a civilização branca e europeia pertencia a uma raça superior, colocando assim os povos negros e indígenas como naturalmente designados aos trabalhos exploratórios e escravizatórios ou seja, subalternizados.

Como nos traz Mbembe (2014) em seu livro *Crítica da razão negra*, o conceito de raça não existia até então enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. Segundo o autor, a ideia de raça seria uma construção colonial útil aos europeus, pois desviava a atenção da luta de classes entre outros conflitos entendidos naquele momento enquanto mais verossímeis. Uma construção fantasiosa e ideológica, que colocou o negro enquanto um objeto ameaçador o qual era preciso destruir enquanto forma de proteção, já que não seria possível garantir de outra forma o seu controle total.

O europeu neste momento instaura a prática do alterocídio, o que ainda através de visão de Mbembe (2014) seria a constituição do Negro enquanto o “O outro”, o negro representava um mundo antigo e ultrapassado, enquanto a Europa branca se considerava o centro do mundo e o referencial da razão.

Ainda refletindo sobre a construção do termo raça direcionado a seres humanos, é necessário enfatizar que falar de raça é, ou ao menos deveria ser, falar também sobre colonialismo e a lógica colonial. Como mencionado acima através da escrita de Mbembe (2014) a ideia de raça está fortemente vinculada à colonização europeia. O filósofo e advogado Silvio Almeida em seu livro *“Racismo estrutural”* nos traz, de uma maneira didática e de fácil compreensão, algumas conceitualizações e definições sobre a significação do termo.

Segundo Almeida (2020), o sentido do termo “Raça” no Brasil está intrinsecamente ligado a circunstâncias históricas. O termo Raça utilizado enquanto categorização de seres humanos, surge no Brasil juntamente com a expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI, e a reflexão sobre as multiplicidades étnicas dos seres humanos.

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (ALMEIDA, 2020, p.25).

Almeida (2020) nos traz a informação de que o movimento intelectual Iluminista que ocorreu no século XVIII na Europa, foi responsável por construir e propagar esta ideia de um estudo filosófico onde o principal objeto deste estudo seria o próprio homem, no sentido literal da palavra. Neste momento os estudos filosóficos e científicos se voltam para a observação do homem nas diversas camadas que o constituem sejam biológicas, econômicas, psicológicas, linguísticas, entre outras. Porém, o “homem” em questão seria justamente o homem branco e europeu, já que a racialização também foi um processo de coisificação da população negra, o que culminou também em uma desumanização desta população.

Esta desumanização das populações racializadas de dentro e fora das colônias é colocada pelo psicanalista e intelectual martinicano Frantz Fanon, como o que o autor denomina enquanto “Zona do não ser”.

Existe uma zona do não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma encosta perfeitamente nua, de onde pode brotar uma aparição autêntica. Na maior parte dos casos, o negro não goza da regalia de empreender essa descida ao verdadeiro inferno (FANON, 2020, n.p).

Para Fanon (2020) enquanto o homem branco europeu está sempre na busca da perfeição, visando alcançar um modelo ideal de ser humano que o mesmo constrói no período do Iluminismo, a população negra se quer é reconhecida enquanto humana. A racialização criou junto consigo uma zona de inexistência, um local de coisificação onde o negro habita sendo quase um ser humano, mas nunca visto realmente enquanto um. Junto a palavra negro já há uma narrativa, uma caricatura do que seria ser negro criada pelo colonizador, não deixando espaço para que a população racializada aos olhos da sociedade branca seja algo além da ideia que foi construída sobre a negritude.

O negro é uma besta, o negro é mau, o negro é malicioso, o negro é feio; olhe, um negro, faz frio, o negro treme, o negro treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do negro, o negro treme de frio, aquele frio de torcer os ossos, o belo menino treme porque acha que o negro treme de raiva, o menino branco corre para os braços da mãe: mamãe, o negro vai me comer (Fanon, 2020, n.p).

Para Fanon (2020) o negro está preso em sua negrura assim como o branco estaria preso em sua brancura, ou seja as pré determinações criadas pelos europeus sobre o que é ser negro e o que é ser branco, atingem profundamente as pessoas racializadas, inclusive o próprio branco que, por sua vez, possui esta ideia narcisista de se colocar em maior nível de importância em relação a outras populações racializadas.

Após esta breve conceitualização sobre o termo raça e voltando às discussões sobre subalternização, é importante mencionarmos que antes da invasão territorial europeia, como já mencionamos acima, as sociedades invadidas já tinham suas próprias formas de economia, sistemas cooperativos que garantiam a subsistência daquelas comunidades. Com a colonização, o europeu inseriu nessas sociedades o que chamou de processo civilizatório, porém longe de realmente almejar civilizar, o colonizador as proletariza, transformando-as em mão de obra escravizada e barata dentro de seu sistema econômico de acumulação de capital. Estas sociedades se tornam a partir deste momento subalternizadas, produtos de produção para o europeu, que futuramente através de um sistema econômico capitalista continuará seu projeto de exploração da classe trabalhadora.

Os estudos subalternos estão comumente interligados à escritas de teóricos denominados Decoloniais, como é o caso da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak, que em sua escrita intitulada “Pode o subalterno falar?”, traz discussões sobre o termo subalternidade e também sobre o ser subalternizado em si. Segundo Almeida (2010, p.12), que prefaciou a referida obra de Spivak, o termo subalterno remete: “Às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal da possibilidade de se tornarem membros no estrato social dominante”. Ou seja, o ser subalternizado está atualmente localizado dentro de uma estrutura que o impede de “ascender” socialmente, ao ponto de se tornarem parte da classe social dominante da sociedade.

Em sua obra intitulada “Pode o subalterno falar?”, Spivak (2010) traz a crítica epistemológica ao intelectual ocidental que, segundo ela, objetifica o ser subalternizado e assim auxilia no silenciamento dessas vozes, deixando de lado as subjetividades destes sujeitos e também não criando espaços e oportunidades para que o mesmo possa falar por si e contar sobre sua própria história. Segundo a autora, a tarefa do intelectual na contemporaneidade seria justamente a de criar espaços onde os sujeitos subalternizados possam falar e também serem ouvidos. Através da escrita de Spivak, podemos ver que para além da subalternização de sua forma de trabalho, o colonizador criou através da subalternização de um povo, uma população que não é ouvida, que, além de ter sua mão de obra desvalorizada, também tem sua voz silenciada, sendo retratada apenas por quem, através de inúmeros privilégios advindos da exploração colonial, continua a ter voz até hoje, o colonizador. Esta lógica colonial afeta ainda na atualidade as relações entre gênero e trabalho, sendo ainda agravadas quando entram nestas discussões as opressões raciais, e é por isto que no terceiro e último tópico do presente artigo, aprofundaremos nossas discussões sobre trabalho subalternizado trazendo as mulheres negras para o cerne desta análise.

### **Trabalho subalternizado e o “pós colonialismo”: Reflexões sobre qual o papel da mulher negra dentro da lógica de sociedade atual**

Neste tópico do artigo, iremos dialogar sobre o sujeito subalternizado na sociedade atual, trazendo as questões de gênero e raça para dentro desta discussão. Começaremos aqui pela questão de gênero:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na

insurgência das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se no contexto colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p.66-67).

De fato, a colonização europeia transformou a população das colônias em uma numerosa mão de obra desvalorizada, porém na atualidade há algumas tensões que intensificam o nível de exploração para uma determinada parcela da população. A estrutura de sociedade instaurada pelo colonizador é patriarcal, portanto a mulher neste contexto será duplamente oprimida e silenciada, como nos traz Spivak na citação acima.

Através de políticas econômicas globais e com raízes na lógica colonial, as mulheres latinas, filipinas entre outras mulheres advindas de territórios colonizados, ainda sofrem com a precarização e desvalorização de sua mão de obra, como nos traz Silvia Federici, em “O ponto zero da revolução”:

[...] políticas econômicas que incentivam a migração, o FMI e o Banco Mundial forneceram os instrumentos para que os governos da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá resolvessem a crise do trabalho doméstico, que se encontrava na origem do movimento feminista, e “liberaram” milhares de mulheres para o mercado de trabalho. Empregar filipinas ou mexicanas que, por uma quantia modesta, limpam casas, criam crianças, preparam refeições e tomam conta dos idosos permite que muitas mulheres de classe média se livrem de tarefas que não querem ou não podem mais realizar, sem que isso incida sobre seu padrão de vida (FEDERICI, 2019, p.153).

Mesmo no período dito<sup>4</sup> pós-colonial, estruturas econômicas ainda são mantidas e pensadas se utilizando da ideia da mão de obra subalternizada do colonizado. Através de políticas de migração milhares de mulheres não europeias migram para locais de “primeiro mundo”, em busca de oportunidades de emprego. Porém os empregos oferecidos a estas mulheres são condicionados a lógica da subalternização, afinal estas migram para trabalharem como empregadas domésticas, ou até mesmo acabam adentrando no comércio sexual.

Se é verdade que os envios de dinheiro dos imigrantes ao seu país de origem constituem o principal fluxo monetário internacional depois das receitas das companhias petrolíferas, então a mercadoria mais importante que o “Terceiro Mundo” exporta hoje para o “Primeiro Mundo” é o trabalho. Em outras palavras, como no passado, a acumulação capitalista é, acima de tudo, o acúmulo de mão de obra, e esse processo se estabelece principalmente por meio da imigração. (FEDERICI, 2019, p.152).

Segundo Federici (2019), as políticas internacionais de incentivo à migração mantêm a lógica de subserviência do colonizado ao colonizador, fazendo com que ainda na contemporaneidade, a população das colônias trabalhe para o crescimento econômico das

---

<sup>4</sup> A partir das leituras de obras como: *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon e *Crítica da razão negra* do Achille Mbembe, entre outras escritas de autores anticoloniais. É possível notarmos que a lógica colonial continua mesmo na contemporaneidade presente na estrutura social de territórios que passaram pelo processo de colonização europeia.

metrópoles europeias. Afinal uma grande parcela do trabalho subalternizado e indesejado pelos povos dos países ditos desenvolvidos, está sendo realizada por mulheres da África, América latina e de outros territórios que sofreram com a exploração da colonização.

Afunilando a discussão sobre subalternização e a trazendo para o território brasileiro, devemos lembrar que a sociedade colonial no Brasil era escravocrata, sustentada economicamente por homens e mulheres negras escravizadas, onde tanto as mulheres quanto os homens negros trabalhavam em prol do sustento da economia europeia, seja nos seios patriarcais das casas grandes ou nas plantações dos senhores de engenho. Porém, a mulher negra da sociedade supostamente pós-colonial no Brasil, sofrerá com uma tríplice opressão, sendo atravessada pelo machismo advindo desta sociedade patriarcal, o classicismo instaurado pelo sistema econômico capitalista e o racismo estrutural que advém como resquício desta sociedade escravista. Portanto, devido a esta tríplice opressão, focamos nossas discussões a partir deste momento no condicionamento advindo da lógica colonial, das mulheres negras ao trabalho subalternizado.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 1984, p.224).

Para a Filósofa e Antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, a lógica colonial através da escravização de corpos negros, é responsável pelo que chama a autora de uma “neurose cultural brasileira”, a qual se trata basicamente de uma ideologia racista, que faz com que, dentre outras coisas, mulheres negras ainda na atualidade estejam condicionadas a interpretarem dentro da sociedade o papel de mulata<sup>5</sup>, empregada doméstica ou a mãe preta.

[...] Constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. [...] Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas (GONZALEZ, 1984, p. 230).

Segundo Gonzalez (1984), os papéis de doméstica e mulata são inerentes um ao outro, além de serem duplamente desempenhados pela mulher negra que, desde o Brasil colônia, desempenha as funções de “asseio” dos lares dos senhores de engenho. Estas mulheres escravizadas, para além de limparem, cozinharem e cuidarem dos filhos de seus senhores, também eram exploradas sexualmente pelos mesmos. Desempenhando o papel da mulata sexualizada, estas mulheres eram vistas, em relação aos trabalhos pesados, para além de seu gênero feminino, porém, quando convinha aos abusos sexuais de seus “patrões”, eram vistas enquanto fêmeas.

Collins e Bilge (2021), em seu livro denominado Interseccionalidade enfatizam quão importante foi a escrita de escritoras negras como Lélia Gonzalez, para que as lutas contra a

---

<sup>5</sup> No artigo intitulado *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, da ativista e antropóloga Lélia Gonzalez. A autora explica sobre o papel de Mulata exportação, um papel extremamente sexualizado e desempenhado pelas mulheres negras durante o período do Carnaval no Brasil

opressão de gênero direcionassem também seus olhares para as desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil.

Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e muitas outras ativistas feministas negras continuaram a lutar pelas questões relativas às mulheres negras. Essa luta é ainda mais notável quando se sabe que ocorreu sob o regime militar no Brasil (1964- 1985) e precedeu o entendimento contemporâneo da interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021, p. 39).

Segundo as autoras, a ditadura militar brasileira que se iniciou no ano de 1964, tinha uma política sobre raça e democracia que entre outras repressões também não permitia espaço para ativismos envolvendo lutas raciais. Pois neste momento, o Estado alegava oficialmente não haver a ideia de raças em solo brasileiro, criando-se um mito de identidade nacional brasileira. Em uma tentativa do governo de criação de uma filosofia de democracia racial onde a identidade de toda a população seria apenas uma, brasileira.

Porém, mesmo com a inserção da ideia de uma democracia racial, o racismo continuou atuando e atingindo de maneira contínua a população negra brasileira. A falsa ideia de uma identidade homogênea brasileira, não livrava a mulher negra da submissão aos cargos de limpeza entre outros setores de trabalhos subalternizados.

A colonização europeia no Brasil e o seu longo período escravocrata, acarretou intencionalmente em uma estrutura econômica fomentada na lógica colonial, extremamente racista e que condiciona os mesmos corpos antes escravizados a continuarem desempenhando o serviço subalternizado. Segundo Bergman (2011), no período pós abolição da escravatura as mulheres negras ex escravizadas passam da posição de escravas domésticas para, na contemporaneidade, passarem a desempenhar o papel de empregadas domésticas.

No final do século XIX o trabalho doméstico, passa a figurar como um meio de sobrevivência, com o fim da escravidão o mundo do trabalho passa a ter outras configurações do ponto de vista jurídico, os que eram escravos agora estão libertos, a incorporação dessa mão-de-obra liberta ao mundo do trabalho, se deu majoritariamente pelo trabalho doméstico. Nos grandes centros urbanos, o trabalho doméstico ocupou um lugar de centralidade nas relações de trabalho estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravas. O sujeito feminino negro passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais, que são em muitos casos estabelecidos por contrato de locação de serviços, temos ainda aquelas, ex-escravas que não tinham para onde ir e continuaram com seus ex-senhores exercendo, a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal (BERGMAN, 2011, p. 2).

Como nos traz Bergman (2011), mesmo no pós abolição as mulheres negras continuaram a desempenhar o papel de cuidadoras dentro das casas patriarcais. Apesar desta transição de um trabalho escravizado para o trabalho doméstico supostamente livre, esta nova estrutura e forma de trabalho possui características similares ao trabalho escravizado desempenhado anteriormente também pela população negra.

O trabalho doméstico era constituído das mais variadas atividades, lavadeiras, cozinheiras, babás, amas de leite, mucamas e etc, configuraram uma estrutura social de trabalho diversificada, algumas trabalhavam em troca de casa e comida, outras teciam relações de contrato de trabalho que em muitos casos estabelecia

prestações de serviços diárias ou mensais, que estavam pautadas na informalidade e nos laços de favor ou compadrio (BERGMAN, 2011, p.3).

Segundo Bergman (2011), existe historicamente uma precariedade relacionada ao desempenho do trabalho doméstico no Brasil. E isto se dá devido às origens do trabalho doméstico desempenhado por mulheres negras estarem diretamente ligadas a relações de favores e compadrio, ou seja, relações de trabalho baseadas na irregularidade, informalidade e falta de remuneração correta. Ainda segundo Bergman (2011), o trabalho doméstico desempenhado por mulheres racializadas desde sua origem é marcado por relações de opressão de gênero, classe e raça que foram responsáveis por perpetuar o trabalho doméstico enquanto sendo “coisa de negra”, como nos diz a autora. O que construiu uma falsa ideia no imaginário social sobre o pertencimento natural das mulheres negras a subordinação aos cargos de cuidado.

Segundo Nogueira (2017), a desvalorização do trabalho manual e principalmente o doméstico, está diretamente ligada a quem exercia este tipo de trabalho durante o Brasil colonial, os negros escravizados. Para além disto, também segundo a autora, o trabalho de cuidado direcionado socialmente ao gênero feminino não é valorizado dentro do sistema econômico capitalista, já que o mesmo não produz mais valia e, portanto, também não produz lucro de forma direta.

O trabalho reprodutivo remunerado é marcadamente feminino, porém, ainda há um recorte racial na categoria: 61,6% do total de trabalhadoras domésticas no Brasil são negras. O fardo da escravidão é muito mais pesado para essa grande parcela das domésticas que o carrega há muito mais tempo (NOGUEIRA, 2017, p. 49).

Não coincidentemente, como nos traz Nogueira (2017), a luta pelos direitos e regulamentação do trabalho doméstico no Brasil está diretamente ligada ao movimento negro. Em 1963, Laudelina de Campos Melo mulher negra e ativista do movimento negro, fundou a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos. A associação é fundada em uma tentativa do movimento negro de construção de um sindicato para os trabalhadores domésticos, algo que os era negado assim como outros direitos trabalhistas ausentes na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943.

Apenas muitos anos depois, com a instauração da PEC das domésticas de 2013 – enquanto mulheres negras já trabalhavam como empregadas domésticas desde a abolição – esta categoria veio a conseguir direitos básicos que já eram concedidos pelo Estado a muitas outras profissões. Como por exemplo: Proteção contra despedida arbitrária, seguro desemprego, FGTS, garantia de um salário mínimo, uma delimitação na jornada de trabalho, entre outros direitos que até então eram negados a categoria de trabalhadores e trabalhadoras domésticas (Fraga e Monticelli, 2021). Tal cenário retrata a enorme desvalorização do Estado com os trabalhos domésticos e automaticamente, também com a mulher negra que o majoritariamente desempenha. Devido a todo esse passado colonial que ainda se faz presente em nossa estrutura de sociedade, a mulher negra se torna refém de uma estrutura que a oprime condicionando - a pobreza e a subalternização.

A lógica colonial que é responsável pela ideologia escravocrata que na contemporaneidade continua a condicionar a população negra e majoritariamente feminina aos cargos de limpeza e conseqüentemente a pobreza no Brasil, também se torna responsável pela vulnerabilização socioambiental da população negra no país.

A sociedade brasileira tem sua estrutura social sustentada em forte preconceito de

classe social, étnico-racial e de gênero marcada por alta concentração de riqueza e poder, sendo estes aliados a processos de exclusão e desigualdade, sobretudo a histórica invisibilidade das populações negras no acesso aos direitos básicos e essenciais por meio das políticas públicas. Dito isto, é possível considerar que existe uma diferenciação na prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos bairros ocupados por maioria negra (SANTOS; MORAES, 2022, p. 75).

Como nos trazem Santos e Moraes (2022), o preconceito étnico - racial contido em nossa estrutura social, condena a população negra a condições de pobreza e vulnerabilização. Fazendo com que a população negra no Brasil resida majoritariamente nas favelas e periferias, locais que muitas vezes não possuem condições de saneamento básico que por sua vez, deveriam ser concedidas pelo Estado.

No que se refere a estas condições de acesso ao saneamento básico, a população afrodescendente tem sido, historicamente, a mais atingida pelas consequências dramáticas da desigualdade racial, tendo de conviver com uma série de privações, em meio ao ambiente insalubre, comprometendo a saúde física e mental, o qual contribuiu com altas taxas de quadros graves de morbidade e mortalidade, onde tal situação é compreendida pela lógica do racismo ambiental (SANTOS; MORAES, 2022, p.76).

Segundo Santos e Moraes (2022), pode-se dizer que a população negra devido a vulnerabilização imposta pelo Estado, convive diariamente com as problemáticas ambientais. O que possui reflexos diretos na saúde física e mental de negros e negras do país. Sendo assim, reforçamos neste artigo, a extrema necessidade de uma Educação Ambiental que se propõe a ser política (REIGOTA, 2009), trazer a crítica a lógica colonial e a todas as estruturas de opressão advindas do colonialismo em suas discussões socioambientais.

## **Considerações finais**

As discussões sobre o papel da mulher negra na sociedade e a desvalorização do trabalho doméstico, fazem parte de algumas das pautas sociais que necessitam ser atribuídas às discussões da Educação Ambiental. Isto porque, estas condições estruturais econômicas, advindas de um sistema racista, capitalista e extremamente colonialista, condicionam estas mulheres a viverem em situações de extrema pobreza, as condicionando também com isso, a viverem em locais com pouca ou nenhuma assistência do Estado. Conhecidos como as favelas e periferias brasileiras.

Em 2010, segundo os dados do censo IBGE, mesmo a população negra sendo 51% da população brasileira representava 79% da população que sequer tinha banheiro em casa, 69% da população sem coleta de lixo, 62% da população sem água encanada, 59% da população sem rede de esgoto. Na prática, isso significa que milhões de brasileiros negros estavam em condições mais vulneráveis de saúde em virtude da inadequação em saneamento básico (PORTAL GELEDÉS, 2020).

Sabemos que a estrutura familiar que melhor representa a sociedade brasileira é de uma mulher negra tendo que subsidiar sozinha seus filhos e familiares. Isto ocorre na maioria das vezes, devido ao abandono parental ou ao Racismo estrutural que afeta milhares de homens



SANTOS, Thiago Assunção dos; MORAES, Luiz Roberto Santos. Racismo Ambiental no acesso ao serviço público de abastecimento de água. **Revista da ABPN**, [s. l.], v. 14, ed. Especial, p. 73 - 93, 2022.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI., 2011, São Paulo. De escravas a empregadas domésticas - **A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós abolição** [...]. São Paulo: [s. n.], 2011. 1 - 7 p. Disponível em:

[https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-Bergman.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf). Acesso em: 3 maio 2024.

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

Submetido em: 20/12/2023.

Aprovado em: 22/05/2024.